

# Agroindústrias rurais e o desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre os estados da Região Sul do Brasil

Alexandre da Silva<sup>1</sup>

Marcio Gazolla<sup>2</sup>

Submissão: 28/05/2021

Aceite: 10/07/2021

## Resumo

O trabalho analisa o perfil das agroindústrias rurais (AGRs) da Região Sul do Brasil, procedendo-se comparações com os dados brasileiros e, ainda, entre os três estados sulinos. Adicionalmente, procedem-se comparações de indicadores específicos entre os dois tipos de agriculturas, usando para tal a separação entre agricultura não familiar (ANF) e agricultura familiar (AF) com seus respectivos grupos (V, B e não Pronafianos). Esta pesquisa de cunho bibliográfico e com uso da estatística descritiva, se operacionaliza a partir dos dados contidos no Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA/IBGE) do Censo Agropecuário 2017. Os resultados demonstram que as agroindústrias rurais da Região Sul têm um perfil similar, mesmo havendo algumas disparidades entre os três Estados. As agroindústrias rurais Sul-brasileiras são alicerçadas na agricultura familiar, especialmente de maior faixa de renda para fins de enquadramento no PRONAF (grupo V) e beneficiam predominantemente alimentos e produtos típicos da gastronomia e culinária regionais. São responsáveis por expressivo Valor Bruto da Produção (VBP) em relação ao Brasil e as matérias primas são provenientes de lavouras temporárias e criações animais. As agroindústrias utilizam-se de instalações próprias para o beneficiamento dos alimentos e possuem áreas de terras também próprias, de até 50 hectares. Obtêm orientação técnica prevaiente de origem governamental, cooperativas e empresas integradoras, embora, parcela significativa não recebe nenhum serviço de ATER. Tais elementos e outros discutidos ao longo do texto, evidenciam as potencialidades que as AGRs oferecem para os processos de desenvolvimento rural e regional em territórios que elas estão situadas e imersas.

**Palavras-chave:** Agroindústria Rural; Região Sul; Alimentação; Desenvolvimento rural e regional; Censo Agropecuário 2017.

## ***Rural family agroindustries and regional development: a comparative analysis between the states in the Southern Region of Brazil***

### **Abstract**

*The work analyzes the profile of rural agroindustries (AGRs) in the Southern Region of Brazil, making comparisons with the Brazilian data and, still, between the three Southern States. In addition, comparisons of specific indicators are made between the two types of agriculture, using the separation between non-family farming (ANF) and family farming (AF) with their respective groups (V, B and non-Pronafians). This bibliographic research and using descriptive statistics, becomes operational based on the data contained in the Automatic Data Recovery System (SIDRA/IBGE) in the 2017 Agricultural Census. The results show that rural agroindustries in the Southern Region of Brazil have a similar profile, even though there are some disparities between the three States. South-Brazilian rural agroindustries are based on family farming, especially those with a higher income bracket for purposes of inclusion in PRONAF (group V) and predominantly benefit foods and products typical of regional gastronomy and cuisine. They are responsible for expressive Gross Value of Production (VBP) in relation to Brazil and the raw materials come from temporary crops and livestock. Agroindustries use their own facilities for processing food and have their own land areas, up to 50 hectares. Obtain prevailing technical guidance from governmental sources, cooperatives and integrating companies, although a significant portion does not receive any ATER services. Such elements and others discussed throughout the text, show the potential that the AGRs offer for the processes of rural and regional development in territories that they are located and immersed in.*

**Key words:** Rural Agroindustry; South Region; Feeding; Rural and Regional Development; Agricultural Census 2017.

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

<http://orcid.org/0000-0003-3410-7669> e-mail: [alexandre.silva@bento.ifrs.edu.br](mailto:alexandre.silva@bento.ifrs.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

<http://orcid.org/0000-0002-4807-6683> e-mail: [marciogazolla@utfpr.edu.br](mailto:marciogazolla@utfpr.edu.br)

## 1 Introdução

Os debates atuais sobre o futuro dos sistemas alimentares preocupam-se com os aspectos da produção-consumo e as transformações de matérias-primas, bem como os seus impactos socioeconômicos, ambientais e nas dietas da população. Neste contexto, por um lado, ainda se vive os reflexos da modernização da agricultura com aprofundamento de um padrão industrial, químico e insustentável de produção. De outro lado, existem sistemas alimentares que se baseiam em cadeias produtivas longas, organizadas com um número expressivo de atores “pós-porteira”. Além disso, estes sistemas circulam produtos sem identidade, que causam Doenças Alimentares não Transmissíveis (DANTs) e não contribuem para processos sociais de construção da segurança alimentar da população a partir de dietas saudáveis (PLOEG, 2008; LANG; HEASMANN, 2009).

Frente a este contexto, atores e instituições procuram construir rotas alternativas de produção, transformação e consumo dos alimentos, de forma a construir um contra movimento ao dos sistemas alimentares industriais e hegemônicos (POLANYI, 2001). De acordo com Cabedo e Criado (2011) a nova demanda por alimentos conflui na direção de seus aspectos biológicos, nutricionais, sociais e culturais, evocando novos valores e significações em torno dos alimentos e das formas de consumo, em que se sobressam produtos locais e regionais, ecológicos, artesanais e com distinções de qualidade que não as higiênica-industriais (por exemplo, as indicações geográficas).

Uma das formas de contra movimento aos sistemas alimentares dominantes e de alinhamento com essas novas tendências emergentes pode ser encontrada nas agroindústrias rurais (AGRs). De maneira geral, estas iniciativas possuem como características marcantes a produção baseada em matérias-primas frescas, a transformação dos alimentos com força de trabalho familiar, valorizam costumes e tradições culinárias locais/regionais e elaboram produtos menos agressivo ao meio ambiente. Além disso, essas agroindústrias garantem a manutenção de ocupações e geração de ganhos econômicos junto às unidades de produção, ao mesmo tempo, em que estreitam os laços relacionais com os consumidores, pois colocam seus alimentos nos mercados pelas cadeias curtas, que possuem menores custos de transação, maior fidelização e melhores relacionamentos com os consumidores (GAZOLLA, 2017).

Christoffoli (2013) regista estas importâncias das agroindústrias no processo histórico de desenvolvimento das sociedades. Segundo o autor, antes dos séculos XVII existia uma autonomia relativa quanto à produção dos principais itens de consumo e que as agroindústrias absorviam a

força de trabalho familiar nos períodos inverniais e intervalos dos labores agrícolas para a produção desses itens beneficiados. Ainda, de acordo com o autor, além de alimentos, as agroindústrias da época supriam necessidades de vestimenta, ferramentas, moradia e davam suporte as relações de troca e comércio para obtenção dos poucos itens de consumo que não eram produzidos.

Silva e Mhlanga (2011) demonstram que esta atividade que agrega valor às matérias-primas agrícolas por meio de operações de processamento e manuseio são importantes fontes de emprego e geração de renda. Além disso, na maioria dos países em desenvolvimento, as agroindústrias dão contribuição fundamental para o valor agregado no setor de manufatura. Em países baseados na agricultura, essa contribuição chega a 66%, enquanto nos países mais industrializados e urbanizados, varia de 37 a 38%.

No Brasil, as agroindústrias se apresentam tanto em nível de unidades de produção agropecuária com um menor volume de elaboração alimentar, em que as famílias agregam algum tipo de valor às suas matérias-primas. Perpassa também associações e cooperativas que transformam a produção agropecuária de um maior número de produtores de forma coletiva e detêm um ganho de escala (por exemplo, as cooperativas agroindustriais). E, chega até um padrão de desenvolvimento agroindustrial de agroexportação, no qual as agroindústrias coordenam a produção com integração vertical dos mercados. Frente a essa heterogeneidade de formas das agroindústrias brasileiras, análises que foquem as agroindústrias rurais ganham importância em revelar as suas diferenças, diversidades regionais e formas de reprodução social em diferentes estilos de agricultura, por exemplo, familiar e não familiar. Dado o exposto, fica clara a importância das agroindústrias nos processos de desenvolvimento socioeconômico, alimentar e regional no qual se inserem.

Em termos de objetivo, o trabalho analisa as características e o perfil das agroindústrias rurais na Região Sul do Brasil, procedendo-se comparações com os dados brasileiros e, ainda, entre os três Estados sulinos. Adicionalmente, procedem-se comparações de indicadores específicos entre os dois tipos de agriculturas sulistas, usando para tal a separação entre agricultura não familiar (ANF) e agricultura familiar (AF) com seus respectivos grupos (V, B e não Pronafianos). Metodologicamente, o trabalho estriba-se nos dados quantitativos do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a), sobre a agroindústria rural (AGR), retirados do Sistema Automático de Recuperação de Dados do IBGE (SIDRA/IBGE)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O Censo Agropecuário investiga informações sobre os estabelecimentos e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural,

Para tal, este trabalho apresenta a seguinte estrutura, além desta introdução e das considerações finais. Uma seção de revisão da literatura sobre agroindústrias e desenvolvimento; os procedimentos metodológicos de pesquisa; a apresentação dos resultados, discussão e análises a partir dos dados censitários, divididos em duas subseções.

## **2 Agroindústrias: conceitos e contribuições aos processos de desenvolvimento rural e regional**

O Censo Agropecuário considera produção da agroindústria rural os produtos do estabelecimento agropecuário que foram beneficiados ou transformados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor (IBGE, 2019b). Ressalta-se que não é considerada como agroindústria rural de um estabelecimento agropecuário a produção obtida em instalações do estabelecimento, sob a forma de prestação de serviços para terceiros e, tampouco, a produção agroindustrial obtida em instalações de terceiros a partir de matéria-prima do estabelecimento agropecuário, cuja destinação final não tenha sido dada pelo produtor (IBGE, 2019b).

As agroindústrias rurais têm uma distinção formal entre as que são oriundas da agricultura familiar e as que são oriundas da agricultura não familiar, fator esse que deve ser evidenciado para fins de demonstração de suas diferenças estruturais, especialmente, em relação ao uso da força de trabalho. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) constrói sua distinção a partir do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017). Tal decreto define a agricultura familiar (AF) como sendo a que utiliza força de trabalho familiar ou conta com poucos ajudantes contratados; tem área total menor do que quatro módulos fiscais; renda familiar majoritariamente originada das atividades agrícolas realizadas no estabelecimento e a gestão é feita pela própria família. Por sua vez, agricultura não familiar (ANF) possui mão-de-obra contratada e os processos decisórios são coordenados pelo empresário agrícola ou gestores profissionais também contratados. A agricultura não familiar tem como característica a utilização em maiores graus de máquinas, equipamentos e outras tecnologias, além de possuírem maiores áreas de terras e escalas de produção.

---

pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda (IBGE, 2017).

Mior (2005) aponta que, em muitos casos, as agroindústrias iniciam-se nas cozinhas das unidades de produção agropecuária no momento da elaboração de alimentos para autoconsumo da família. Só depois de algum tempo de vida, aumentam escala e passam a construir mercados para fora das fronteiras das unidades de produção, ganhando os gostos dos consumidores, assumindo os pressupostos da legislação alimentar (prédio próprio, instalações, embalagens), tornando-se novos empreendimentos socioeconômicos para agricultores e regiões.

Christoffoli (2013) define as agroindústrias rurais como estabelecimentos nos quais as famílias organizam o trabalho de forma a executar a transformação das matérias-primas ainda dentro da unidade de produção, numa espécie de resgate da antiga tradição camponesa da indústria rural. Mior (2005) complementa que a agroindústria familiar rural se apresenta com a peculiaridade de a família produzir, processar ou transformar sua matéria prima de origem animal ou vegetal com vistas a gerar valor de troca a ser realizado na comercialização. Portanto, essa atividade se distingue das voltadas apenas para a geração de valor de uso, as de autoconsumo. Já Wilkinson (2008) define as agroindústrias rurais como estratégias autônomas, especialmente por parte dos agricultores familiares, pois sua construção os afasta dos processos de integração agroindustrial contratual, realizados por grandes firmas agroalimentares, em cadeias chaves, por exemplo, as de aves, suínos, fumicultura e, em menor grau, o leite.

Gazolla (2013) expõe que, além da ideia de agregação de valor em função do domínio dos principais elos da cadeia de agroindustrialização e da diminuição dos custos, a agregação de valor é entendida como sendo constituída por mais três dimensões fundamentais, pelas quais os alimentos dos agricultores conseguem melhores valores ao chegarem aos mercados. A primeira dimensão seria a das transformações dos alimentos (física, biológica, química, enzimática), que para a maior parte dos estudos é a mais salientada, por ser a mais visível e melhor expressar o seu “componente econômico”. A segunda dimensão dos processos agregativos de valor se desenvolveria com base em um valor social que os alimentos possuiriam, por serem produzidos por uma forma social de produção e trabalho específica, representada pela agricultura familiar. A terceira dimensão da agregação de valor é ligada a um produto típico de um determinado território ou lugar onde os mesmos são processados. Neste caso, os atributos do local como os seus recursos naturais específicos, agroecossistemas, história do local, tradições, identidade social, entre outros aspectos é que seriam definidores da “qualidade” destes alimentos.

Dado a este conjunto de características que as agroindústrias possuem, elas são experiências que geram várias contribuições aos processos de desenvolvimento rural e regional. Maluf (2004) demonstra tal realidade ao formular que se assiste à continuidade da concentração

do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, ainda que as novas tecnologias permitam que a maior escala de produção seja acompanhada da diferenciação dos produtos finais. Por outro lado, o uso de estratégias de valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercados, muitas das quais acessíveis aos agricultores de pequeno e médio portes. Nesse tensionamento entre escala, modos de produção e inserção em mercados, o autor assevera que uma das consequências dessa tendência tem sido o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e cadeias produtivas em que ela tem forte presença. Isso é demonstrado nos processos de seleção que as grandes corporações promovem entre os agricultores integrados que lhes fornecem matéria-prima: avicultura, suinocultura e pecuária leiteira. Portanto, as agroindústrias rurais, especialmente familiares, propiciam um dinamismo mais inclusivo nas regiões em que operam.

Conforme Bastian et. al. (2014) na esteira dessas transformações, alguns agricultores começam a perceber que existem novas possibilidades de geração de renda e uma dessas novas oportunidades surge através do incremento da produção agroindustrial, uma atividade que é típica da agricultura familiar. Independente das relações que se desencadeiam nos processos de transformação de matérias primas, seja em nível de unidade de produção em um extremo, seja numa lógica de integração vertical em outro, a agroindustrialização se mostra como fator crucial e se ancora predominantemente no modelo familiar de produção e trabalho rural.

Gazolla, Niederle e Waquil (2012) apontam que um conjunto de desafios tem se apresentado ao desenvolvimento da economia brasileira nos últimos anos, muitos dos quais estão intimamente relacionados à agricultura e ao meio rural. Os autores apontam que um dos desafios está na necessidade de inovar na trajetória de desenvolvimento econômico como forma de superar o risco de “primarização da economia brasileira”, um suposto efeito indesejado relacionado ao fato de esta se desenvolver de modo crescentemente atrelado à produção e exportação de matérias-primas (*commodities*) que não sofrem transformações substanciais e possuem baixos valores agregados. O apoio ao desenvolvimento de AGRs pelo Estado e as políticas públicas, poderiam ajudar a minimizar os processos de primarização econômica.

Portanto, em nível de fechamento dos aspectos aqui apresentados, é notável o fato de que as agroindústrias desempenham diversos papéis nos processos de desenvolvimento rural e regional. As agroindústrias rurais alinham suas ações em uma estratégia de proximidade socioespacial, fortalecendo aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento regional. Além disso, os aspectos socioculturais também se fazem presentes em suas práticas, pois agem na valorização dos costumes, receitas e tradições culinárias e gastronômicas da

agricultura familiar e das regiões. Neste sentido, Maluf (2004) destaca que as agroindústrias rurais geram movimentação econômica local, ocupações e renda para os agricultores, além de abastecerem a população consumidora regional e urbana, a partir do consumo de alimentos artesanais e elaborados de acordo com as dietas saudáveis.

### 3 Procedimentos metodológicos e fontes dos dados

De acordo com Cervo e Bervian (1996) o trabalho desenvolvido se enquadra como uma pesquisa descritiva, pois parte de observações, registros e análise de fatos, fenômenos ou dados sem a manipulação direta. Santos (2007) complementa apontando que a pesquisa descritiva é o levantamento das características conhecidas que compõem um fato, fenômeno ou processo. Em relação ao procedimento da coleta dos dados utilizados, essa é uma pesquisa bibliográfica. O cunho bibliográfico da pesquisa remete a um conjunto de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto, constituindo-se em uma preciosa fonte de informações que contêm dados já organizados e analisados.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) tal pesquisa se caracteriza e se define, como uma investigação a partir de fontes secundárias que abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, indo desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais como rádio, gravações. Atualmente, não podem ser desprezados do processo de pesquisa bibliográfica os materiais digitalizados e em meio eletrônico, dado o contexto contemporâneo de disponibilidade de informações. Santos (2007) afirma que fontes bibliográficas são também *websites*, relatórios de simpósios/seminários e anais de congressos. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como uma pesquisa bibliográfica. Atualmente, qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, tem algo escrito a seu respeito, fazendo com que a pesquisa embasada em bibliografia ganhe importância quando submetida a uma análise crítica.

A pesquisa também faz uso da estatística descritiva e se operacionaliza a partir dos dados do IBGE, no seu Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA), usando os indicadores da agroindústria rural (AGR), na Região Sul do Brasil, a partir dos resultados do Censo Agropecuário de 2017 (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>). Optou-se pela referida região pela importância socioeconômica e mercantil da agroindustrialização nos três Estados sulinos brasileiros, sendo os indicadores da AGR

analisados descritos no Quadro 1. Importante ressaltar que os dados censitários foram levantados em 2017, mas somente no ano de 2019 vieram a público no SIDRA/IBGE.

**Quadro 1 - Brasil e Região Sul – Indicadores seleccionados da agroindústria rural no Censo Agropecuário 2017.**

6961 – Produtos da agroindústria rural;
6960 - Número total de estabelecimentos;
6960 – Grupos de atividade econômica;
6960 - Valor da produção da agroindústria rural;
6960 - Valor da venda dos produtos da agroindústria rural;
6960 – Valor de autoconsumo;
6961 – Tipos de unidades de beneficiamento;
6960 - Condição do produtor em relação as terras;
6906 – Grupos de área total;
6961 – Origem da orientação técnica recebida;

**Fonte:** Censo Agropecuário 2017 (SIDRA/IBGE, 2019a).

Ainda cabe ressaltar que, na medida das possibilidades de tabulação pertinentes ao trabalho, as categorias analisadas foram a agricultura familiar (AF) em relação aos estabelecimentos não familiar (ANF). Também, se subdividiu os agricultores familiares como sendo os enquadrados nos grupos de classificação dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), grupos B e V, bem como o grupo dos não Pronafianos. No período de referência de levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017, os agricultores familiares do PRONAF B eram aqueles com renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil. Os do grupo V são os agricultores que se enquadram na denominada renda variável. No entanto, a variação é compreendida entre uma renda bruta anual de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil e os não Pronafianos são os que extrapolavam a renda bruta familiar anual de R\$ 360 mil em 2017 (IBGE, 2019c).

Em termos de foco, o trabalho analisa as características e o perfil das agroindústrias rurais na Região Sul do Brasil, procedendo-se comparações com os dados brasileiros e, ainda, entre os três Estados sulinos. Adicionalmente, procedem-se comparações de indicadores específicos entre os dois tipos de agriculturas sulistas, usando para tal a separação supracitada em ANF e os grupos de AFs.

#### **4 Características e perfil das agroindústrias rurais na Região Sul do Brasil**

Nesta seção, se apresentam as análises dos dados sobre a agroindústria rural Sul brasileira. A descrição dos dados e as análises realizadas estão estruturadas em duas subseções.

Na primeira serão abordados aspectos mais específicos e que permitem discutir os resultados nos diferentes tipos de agriculturas (familiar e não familiar). Na segunda, se desenvolve a análise das agroindústrias de forma a construir uma caracterização geral na Região analisada.

#### 4.1. Alimentos, número de estabelecimentos, atividades econômicas e valores da produção

A metodologia do Censo Agropecuário de 2017 considera uma gama de 33 itens como sendo produtos oriundos da agroindústria rural, conforme colocados na Tabela 1. De acordo com os dados, se destacam na Região Sul o número de unidades de produção com agroindústria rural que produzem carnes verdes de bovino, suínos e de outros animais (todas com mais de 10,0% das AGRs, somando os três tipos de carnes, chega-se a 37,38%), pães, bolos e biscoitos (7,12% das AGRs brasileiras), queijo e requeijão (6,79% das AGRs brasileiras), doces e geleias (5,85% das AGRs brasileiras), embutidos (5,14% das AGRs brasileiras) e o suco de frutas com 3,54% das AGRs do país. Os demais alimentos e produtos, também são importantes, mas aparecem em percentuais menores destes acima descritos. Regionalmente, o RS é o Estado que mais se sobressai em produção destes alimentos agroindustrializados, comparativamente, a SC e PR.

Tais dados vão ao encontro dos apontamentos feitos por Waquil et. al. (2014), a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, que estes alimentos já eram produzidos em sua grande maioria nos estabelecimentos da Região Sul. Waquil et. al. (2014) ainda dissertam sobre o protagonismo dos derivados de leite junto as AGRs devido ao fato da utilização de outros canais de comercialização ser uma opção restrita, sobretudo, em vista de ser na produção de queijos que se encontra o exemplo mais emblemático dos conflitos envolvendo a legislação sanitária vigente e as práticas, saberes e modos de produção dos agricultores. Wilkinson e Mior (1999) também corroboram com este argumento, ao demonstrarem uma tendência da transformação do leite em nível unidade de produção em detrimento dos mercados de leite fluido.

Em relação as carnes verdes, Waquil et. al (2014) dissertam que são produtos cujo único beneficiamento pode ter sido o abate e a desossa do animal, uma atividade recorrente em estabelecimentos de muitas regiões brasileiras, sobretudo, quando destinada à produção para autoconsumo, tornado alimento um dos itens da agroindústria rural mais frequente entre todos os produtos (devido a este fato, é sempre superestimado metodologicamente nos Censos).

Tabela 1 – Brasil e Região Sul – Alimentos e produtos das agroindústrias rurais.

Produtos da agroindústria rural (Unidades)										
Produtos	Brasil	%	Sul	%	PR	%	SC	%	RS	%
<b>Total</b>	<b>852.639</b>	<b>100,0</b>	<b>203.560</b>	<b>23,87</b>	<b>24.812</b>	<b>2,91</b>	<b>38.286</b>	<b>4,49</b>	<b>140.462</b>	<b>16,47</b>
Aguardente de cana (mil litros)	11.028	1,29	1.040	0,12	90	0,01	359	0,04	591	0,07
Algodão em pluma (Ton.)	266	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-
Caroço de algodão (Ton.)	51	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz em grão (Ton.)	34.631	4,06	217	0,03	51	0,01	47	0,01	119	0,01
Café torrado em grão (Ton.)	1.571	0,18	90	0,01	88	0,01	1	-	1	-
Café torrado e moído (Ton.)	11.318	1,33	342	0,04	319	0,04	17	-	6	-
Cajuína (mil litros)	780	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-
Creme de leite (Ton.)	2.317	0,27	2.099	0,25	187	0,02	333	0,04	1.579	0,19
Doces e geleias (Ton.)	65.506	7,68	49.914	5,85	2.336	0,27	4.229	0,50	43.349	5,08
Farinha de mandioca (Ton.)	355.207	41,66	449	0,05	126	0,01	256	0,03	67	0,01
Fubá de milho (Ton.)	5.344	0,63	282	0,03	63	0,01	70	0,01	149	0,02
Fumo em rolo ou corda (Ton.)	7.319	0,86	225	0,03	30	-	65	0,01	130	0,02
Legumes/verduras (processad.) (Ton.)	9.636	1,13	8.302	0,97	592	0,07	685	0,08	7.025	0,82
Licores (mil litros)	1.617	0,19	348	0,04	20	-	36	-	292	0,03
Manteiga (Ton.)	11.511	1,35	7.072	0,83	314	0,04	1.220	0,14	5.538	0,65
Melado (mil litros)	20.298	2,38	18.323	2,15	690	0,08	3.221	0,38	14.412	1,69
Óleos vegetais (mil litros)	18.009	2,11	123	0,01	6	-	10	-	107	0,01
Pães, bolos e biscoitos (Ton.)	72.036	8,45	60.750	7,12	1.735	0,20	2.720	0,32	56.295	6,60
Polpa de frutas (Ton.)	25.177	2,95	1.798	0,21	178	0,02	96	0,01	1.524	0,18
Queijo e requeijão (Ton.)	175.198	20,55	57.853	6,79	9.772	1,15	15.219	1,78	32.862	3,85
Rapadura (Ton.)	18.161	2,13	5.900	0,69	148	0,02	238	0,03	5.514	0,65
Sucos de frutas (mil litros)	52.831	6,20	30.214	3,54	1.030	0,12	1.878	0,22	27.306	3,20
Vinho de uva (mil litros)	8.081	0,95	7.888	0,93	492	0,06	1.060	0,12	6.336	0,74
Carne de bovinos (verde) (Ton.)	120.561	14,14	112.493	13,19	5.986	0,70	20.500	2,40	86.007	10,09
Carne de suínos (verde) (Ton.)	147.543	17,30	115.876	13,59	8.014	0,94	19.000	2,23	88.862	10,42
Carne de outros animais (verde) (Ton.)	121.695	14,27	90.351	10,60	7.090	0,83	15.660	1,84	67.601	7,93
Carne tratada (de sol, salgada) (Ton.)	3.120	0,37	1.275	0,15	67	0,01	19	-	1.189	0,14
Embutidos (linguiças, salsichas) (Ton.)	44.870	5,26	43.816	5,14	1.390	0,16	7.525	0,88	34.901	4,09
Couros e peles (Ton.)	10.355	1,21	5.075	0,60	148	0,02	14	-	4.913	0,58
Carvão vegetal (Ton.)	57.772	6,78	1.996	0,23	718	0,08	308	0,04	970	0,11
Produtos de madeira (mil m <sup>3</sup> )	2.986	0,35	823	0,10	105	0,01	104	0,01	614	0,07
Outros produtos (Ton.)	38.955	4,57	14.104	1,65	1.126	0,13	1.438	0,17	11.540	1,35
Goma ou tapioca (Ton.)	71.306	8,36	19	-	4	-	6	-	9	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Dorigon (2011) ao se remeter aos panificados, doces e geleias, exalta os aspectos históricos e culturais ligados a elaboração destes alimentos por parte das famílias rurais (alimentos típicos da culinária das famílias alemãs, italianas, poloneses, etc.). Em especial, a produção de doces e geleias aponta a necessidade de aproveitamento total das matérias primas,

bem como uma alternativa de conservação dos alimentos, que se não transformados, poderiam ser pedidos ou apodrecerem.

A tabela 2 apresenta os números de estabelecimentos que possuem agroindústria rural no Brasil e Região Sul. Um primeiro ponto a ser destacado em relação a agroindústria rural na Região Sul está no fato da região possuir 23,87% de todas as AGRs brasileiras, predominando as unidades familiares com 20,45% deste total. Este dado enfatiza a importância das agroindústrias rurais para a Região e evidencia que a AF está à frente das estratégias de agroindustrialização, como estudo de Bastian et al (2014), sobre os dados do Censo Agropecuário de 2006, já havia demonstrado. Ainda com base na tabela 2, analisando-se os grupos de AFs em que a agroindustrial rural está mais presente, se desprende que a Região Sul não segue a tendência brasileira (mais da metade das AGRs estão no Grupo B: AF-B) e apresenta uma predominância de AGRs no Grupo Variável dos AFs (AF-V: 13,80%).

Em termos regionais, o estado do Rio Grande do Sul (RS) possui o maior número de AGRs na AF (14,27%), seguido por Santa Catarina (SC) (3,85%) e o Paraná (PR) (2,32%). Em termos de grupos de AF, em todos os três estados há predominância do Grupo V de AFs, destacando-se o RS que possui, sozinho, 9,70% dos mesmos, SC aparece em segundo com 2,7% e o Paraná apenas 1,3%. Embora os dois levantamentos censitários não sejam comparáveis (os dados de 2006 com o de 2017) é interessante notar que na Região Sul existiam 133.372 estabelecimentos com AGRs nos dados do Censo Agropecuário de 2006. Logo, houve um expressivo aumento do número desses estabelecimentos (203.560, em 2017), fato que pode ser interpretado como demonstrativo do fortalecimento da agroindustrialização rural na Região Sul do Brasil (WAQUIL et al, 2014).

Tabela 2 – Brasil e Região Sul - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, na agricultura não familiar e nos grupos de agricultores familiares.

BR, Sul e UFs	Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades)											
	Total		ANF		AF		AF-B		AF-V		AF-NP	
		%		%		%		%		%		%
Brasil	852.639	100,0	131.995	15,48	720.644	84,52	462.539	54,25	251.752	29,53	6.353	0,75
Sul	203.560	23,87	29.236	3,43	174.324	20,45	51.358	6,02	117.664	13,80	5.302	0,62
PR	24.812	2,91	5.010	0,59	19.802	2,32	7.869	0,92	11.527	1,35	406	0,05
SC	38.286	4,49	5.458	0,64	32.828	3,85	8.542	1,00	23.401	2,74	885	0,10
RS	140.462	16,47	18.768	2,20	121.694	14,27	34.947	4,10	82.736	9,70	4.011	0,47

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Tal realidade da Região Sul, de concentrar agroindústrias rurais na maior faixa de renda, pode ser explicada por alguns fatores. O primeiro deles é histórico, pois a existência de agricultores familiares mais estruturados produtivamente e com capital, garante os investimentos necessários para formalizar as agroindústrias e se inserir de forma proativa nos mercados alimentares. O segundo fator está ligado ao acesso as políticas públicas, que é facilitado aos AFs com maiores rendas, por exemplo, o PRONAF, que através do crédito rural é possível investir em melhorias de instalações, equipamentos e maquinários para potencializar o desenvolvimento das agroindústrias. Não faltam estudos científicos que evidenciam que os recursos do PRONAF se concentram na Região Sul do país e em grupos sociais mais abastados da agricultura familiar (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Wesz Junior (2017) ainda argumenta que no caso específico da modalidade do PRONAF Agroindústria esta modalidade não acopla às estratégias mais autônomas de agroindustrialização, devido a menor renda de parte do seu público (por exemplo, AFs do Grupo B) ou devida a pequena capacidade de estes oferecerem garantias financeiras aos bancos. Mior (2005) defende a ideia de que para os AF mais pobres ou com menores níveis de renda, seria interessante a formação de redes de desenvolvimento rural para viabilizar as agroindústrias, por exemplo, através da constituição de associações e/ou cooperativas e, também, contar com o apoio de políticas públicas e apoios do Estado em nível local e/ou estadual.

A tabela 3 apresenta as informações sobre os grupos de atividades econômicas dos estabelecimentos que possuem AGRs, no Brasil e Região Sul. Em termos de atividades predominantes no desenvolvimento das AGRs sobressaem-se na Região Sul a pecuária e criação de outros animais com 42,04% e a produção de lavouras temporárias com 12,08% das unidades brasileiras que contêm agroindústrias rurais. A Região Sul possui tendência de desenvolvimento agroindustrial similar a brasileira, já que em nível nacional estas duas atividades são também as principais nos estabelecimentos agropecuários que possuem AGRs. A única diferença é que em nível nacional, as lavouras temporárias possuem mais da metade dos estabelecimentos em que existem AGRs (50,29%), percentual maior do que a Região Sul.

Em termos de tipos de agriculturas, a AF é predominante nestas duas atividades antes apresentadas, sendo que os números principais são dos AFs do Grupo V, seguida pelo Grupo B. Comparativamente, com o Brasil, a Região Sul não segue o caminho nacional, na qual predomina os agricultores do Grupo B nestas atividades. A explicação da predominância destas duas atividades deve-se ao histórico de produção das mesmas, pois sempre foram as principais em nível de Brasil e, também, na Região Sul, em termos de desenvolvimento agrícola (SCHNEIDER;

FERREIRA; ALVES, 2014). Num segundo momento, a partir dos anos 1970, estas duas atividades também foram as primeiras a serem tecnificadas e, mesmo na AF, em sua maior parte, foram alinhadas com os preceitos da modernização da agricultura, demandando maiores aportes de investimentos.

Tabela 3 – Brasil e Região Sul - Grupos de atividades econômicas nos estabelecimentos agropecuários com agroindústrias rurais, não familiares e nos grupos de agricultores familiares.

Grupos de atividades econômicas													
BR e Sul	Grupos de atividades econômicas			ANF		AF		AF - B		AF - V		AF - NP	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
	<b>Total</b>	<b>852.639</b>	<b>100,0</b>	<b>131.995</b>	<b>15,48</b>	<b>720.644</b>	<b>84,52</b>	<b>462.539</b>	<b>54,25</b>	<b>251.752</b>	<b>29,53</b>	<b>6.353</b>	<b>0,75</b>
BR	Lavouras temporárias	428.800	50,29	53.097	6,23	375.703	44,06	262.427	30,78	112.318	13,17	958	0,11
	Horticultura e floricultura	9.538	1,12	1.449	0,17	8.089	0,95	4.280	0,50	3.714	0,44	95	0,01
	Lavouras permanentes	50.249	5,89	8.835	1,04	41.414	4,86	23.694	2,78	17.480	2,05	240	0,03
	Sem. e mudas	394	0,05	102	0,01	292	0,03	143	0,02	143	0,02	6	-
	Pecuária e out. animais	313.285	36,74	59.549	6,98	253.736	29,76	139.876	16,41	109.066	12,79	4.794	0,56
	Florestas plantadas	6.989	0,82	1.987	0,23	5.002	0,59	2.229	0,26	2.634	0,31	139	0,02
	Florestas nativas	37.628	4,41	4.498	0,53	33.130	3,89	27.066	3,17	5.954	0,70	110	0,01
	Pesca	2.861	0,34	274	0,03	2.587	0,30	2.407	0,28	179	0,02	1	-
	Aquicultura	2.895	0,34	2.204	0,26	691	0,08	417	0,05	264	0,03	10	-
		<b>Total</b>	<b>203.560</b>	<b>23,87</b>	<b>29.236</b>	<b>3,43</b>	<b>174.324</b>	<b>20,45</b>	<b>51.358</b>	<b>6,02</b>	<b>117.664</b>	<b>13,80</b>	<b>5.302</b>
Sul	Lavouras temporárias	103.035	12,08	13.293	1,56	89.742	10,53	25.009	2,93	64.016	7,51	717	0,08
	Horticultura e floricultura	2.560	0,30	390	0,05	2.170	0,25	609	0,07	1.512	0,18	49	0,01
	Lavouras permanentes	7.619	0,89	1.031	0,12	6.588	0,77	1.430	0,17	5.065	0,59	93	0,01
	Sem. e mudas	101	0,01	19	-	82	0,01	9	-	70	0,01	3	-
	Pecuária e out. animais	85.584	42,04	13.002	1,52	72.582	8,51	22.695	2,66	45.513	5,34	4.374	0,51
	Florestas plantadas	3.094	0,36	691	0,08	2.403	0,28	1.117	0,13	1.231	0,14	55	0,01
	Florestas nativas	773	0,09	180	0,02	593	0,07	397	0,05	189	0,02	7	-
	Pesca	73	0,01	7	-	66	0,01	55	0,01	10	-	1	-
	Aquicultura	721	0,08	623	0,07	98	0,01	37	-	58	0,01	3	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Além disso, Deponti, Scarton e Schneider (2014) ainda argumentam que o aporte de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), bem como outras políticas do Estado brasileiro, foram voltadas historicamente a estas atividades, fortalecendo-as nos processos de desenvolvimento rural e regional.

A tabela 4 traz o Valor Bruto da Produção (VBP) dos estabelecimentos agropecuários que alocam agroindústrias rurais, nos dois tipos de agriculturas. A tabela 3 demonstra que a Região Sul possui aproximadamente 15,61% do VBP gerado em nível de Brasil, sendo que o RS se destaca com mais da metade deste percentual (7,99%). A produção agroindustrial familiar da Região tem aproximadamente 10,68% do VBP nacional, enquanto a ANF fica com apenas 4,94%, mais uma vez indicando a importância das agroindústrias familiares na geração de valor agregado. Entre os grupos da agricultura familiar, o Variável contribui com maior participação de VBP em nível de Brasil (25,71%) e, também, na Região Sul, onde o percentual é em torno de 7,89%.

Tabela 4 – Brasil e Região Sul - Valor Bruto da Produção (VBP) das agroindústrias rurais (R\$), na agricultura não familiar e nos grupos de agricultores familiares.

Valor da produção das agroindústrias rurais (mil reais)												
BR, Sul e UFs	Tipologia											
	Total	%	ANF	%	AF	%	AF-B	%	AF-V	%	AF-NP	%
BR	14.826.754	100,0	8.475.259	57,2	6.351.496	42,8	2.244.577	15,1	3.812.490	25,7	294.429	2,0
Sul	2.314.663	15,6	731.743	4,9	1.582.920	10,7	346.297	2,3	1.170.083	7,9	66.540	0,5
PR	716.095	4,8	394.040	2,7	322.055	2,2	93.163	0,6	214.490	1,5	14.402	0,1
SC	413.878	2,8	109.739	0,7	304.139	2,1	66.569	0,5	228.441	1,5	9.129	0,1
RS	1.184.690	8,0	227.964	1,5	956.726	6,5	186.565	1,3	727.152	4,9	43.009	0,3

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

No grupo B se encontra 2,34% do VBP brasileiro na Região Sul. Nesse sentido, os dados da Região Sul seguem a tendência nacional, em que os estabelecimentos mais capitalizados possuem maiores VBPs. Entretanto, se deve ressaltar que a Região Sul não acompanha o nível nacional em relação ao VBP na AF, haja vista que em nível de Brasil a agricultura não familiar detém aproximadamente 57,2% do VBP nacional.

Os dados da tabela 4 seguem o que afirmam Waquil et. al. (2014) ao exporem que a agregação de valor é frequentemente considerada o principal mecanismo propulsor de desenvolvimento econômico associado às agroindústrias rurais. O próprio apelo qualificativo diferenciado que os alimentos e produtos da agroindústria rural carregam consigo, sobretudo,

em relação a base familiar de produção e trabalho (artesanidade, tradição, saber-fazer, origem, equidade social, receitas gastronômicas do passado), permite aos agricultores obter preços mais elevados dos alimentos quando estes acessam os mercados. Nesta perspectiva, esta remuneração mais elevada torna-se a principal responsável por garantir um diferencial de valor agregado aos estabelecimentos rurais, que possuem AGRs.

Já a tabela 5 carrega os dados dos valores da produção das AGRs que foram vendidos aos mercados, para o Brasil e a Região Sul, nos dois tipos de agriculturas. Os dados demonstram que a Região Sul é responsável por 10,14% do valor das vendas agroindustriais realizadas em nível de país, sendo o estado que se destaca o PR com 4,96%, seguido pelo RS com 3,26%. Note, com base na Tabela 3, anteriormente apresentada, que nem todo os VBPs acessam os mercados, em torno de mais de 5% do que a Região Sul produz, não é comercializado, possivelmente a maior parcela seja autoconsumida, como mostra a tabela 5 a frente.

Nesse indicador não se apresenta, na Região Sul, uma tendência de disparidade acentuada entre a ANF (4,5% do total nacional) e AF (5,6% do total nacional), algo que ocorre em nível de Brasil (ANF possui 62,3% dos valores de venda e AF: 37,6%). O Estado do Paraná é o que apresenta maior equilíbrio de participação no valor das vendas entre a ANF e a AF, sendo o único Estado da Região Sul no qual a ANF apresenta maior participação (2,9%) do valor das vendas das agroindústrias rurais em nível de Brasil. Cabe ainda destacar que a Região Sul e os seus três Estados, seguem a tendência nacional na qual os AFs da maior faixa de renda, apresentam as maiores contribuições no valor das vendas das agroindústrias rurais.

Tabela 5 – Brasil e Região Sul - Valor da venda das agroindústrias rurais (R\$), na agricultura não familiar e nos grupos de agricultores familiares.

Valor da venda das agroindústrias rurais (mil reais)												
BR, Sul e UFs	Tipologia											
	Total	%	ANF	%	AF	%	AF-B	%	AF-V	%	AF-NP	%
BR	10.830.76	100	6.753.233	62,4	4.077.536	37,7	1.364.846	12,6	2.528.181	23,3	184.509	1,7
Sul	1.097.900	10,1	487.759	4,5	610.141	5,6	163.643	1,5	428.670	4,0	17.828	0,2
PR	536.794	5,0	314.466	2,9	222.328	2,1	75.875	0,7	140.074	1,3	6.379	0,1
SC	208.551	1,9	68.200	0,6	140.351	1,3	40.700	0,4	96.812	0,9	2.840	0,0
RS	352.555	3,3	105.093	1,0	247.462	2,3	47.068	0,4	191.784	1,8	8.609	0,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Tal cenário, evidenciado a partir dos dados da tabela 5, era esperado de ser encontrado nos dados censitários, já que os AF do Grupo V terem maiores condições socioeconômicas de desenvolvimento rural e regional, por estarem mais inseridos nos mercados alimentares, em função de venderem suas produções. Pesquisas têm demonstrado que este grupo de AFs também possui maiores áreas de terra, recursos, rendas agropecuárias, conhecimentos formais e demais capacidades de desenvolvimento, se comparados, por exemplo, com o Grupo B (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016; GAZOLLA; AQUINO; SIMONETTI, 2017).

Outra linha argumentativa vai ao encontro do que Grisa e Conterato (2011) apontam sobre a produção para autoconsumo, que tem entre uma de suas características determinantes ser auto provisionada em famílias de baixa renda com dificuldades de acesso aos mercados, para suprir a segurança alimentar e nutricional (SAN) do grupo doméstico, o que lhes confere reduzida capacidade de venda dos excedentes, elementos característicos dos AFs do Grupo B.

Por fim, nesta subseção, apresenta-se a tabela 6, não disponível no SIDRA, mas construída a partir da diferença dos dados das tabelas 4 e 5, antes apresentadas (VBP menos o valor de venda é igual ao valor de autoconsumo)<sup>2</sup>. Os dados demonstram a importância do autoconsumo como estratégia de manutenção das atividades em unidades de produção agropecuária que detém agroindústrias rurais, haja vista que a Região Sul é responsável por quase 1/3 dos valores em nível nacional (30,45%), possuindo o estado do RS grande destaque, com 20,82% da sua produção sendo autoconsumida nos estabelecimentos. A agricultura familiar sulista é responsável pela maior parte desse valor (24,34%), bem como ocorre em nível nacional (AF possui 56,91% da produção para autoconsumo).

Dentre os grupos de AFs, o autoconsumo tem uma importância na faixa de menor renda, dado que na Região Sul retém, aproximadamente, 4,57% do valor nacional, entretanto, as unidades produtivas familiares enquadradas na maior faixa de renda possuem valores muito superiores de autoconsumo (AF-V: 18,55%), com percentual destacado do RS (13,40%). Dentre os AFs dos três estados, o RS se destaca com 17,75% do valor de autoconsumo nacional, seguido pelos estados de SC e PR, porém, em menor expressividade, dado que os valores ficam em 4,1% e 2,5%, respectivamente.

---

<sup>2</sup> Valores obtidos a partir da subtração dos valores contidos na Tabela 4 dos valores apresentados na Tabela 3. Optou-se por essa nomenclatura mesmo sabendo que os valores podem envolver perdas de diversas formas (apodrecimento, perdas no transporte, perdas na colheita, quebras por limpeza em grãos, etc.) até a produção agroindustrial chegar nos mercados. No entanto, acredita-se que o conjunto de perdas sejam menos expressivas que os valores que são autoconsumidos pelo grupo familiar.

Tabela 6 – Brasil e Região Sul – Valor de autoconsumo nos estabelecimentos com agroindústrias rurais (R\$), na agricultura não familiar e nos grupos de agricultores familiares.

Valor de autoconsumo nas agroindústrias rurais (mil reais)												
Br, Sul e UFs	Tipologia											
	Total	%	ANF	%	AF	%	AF-B	%	AF-V	%	AF-NP	%
BR	3.995.985	100,0	1.722.026	43,1	2.273.960	56,9	879.731	22,0	1.284.309	32,1	109.920	2,8
Sul	1.216.763	30,5	243.984	6,1	972.779	24,3	182.654	4,6	741.413	18,6	48.712	1,2
PR	179.301	4,5	79.574	2,0	99.727	2,5	17.288	0,4	74.416	1,9	8.023	0,2
SC	205.327	5,1	41.539	1,0	163.788	4,1	25.869	0,7	131.629	3,3	6.289	0,2
RS	832.135	20,8	122.871	3,1	709.264	17,8	139.497	3,5	535.368	13,4	34.400	0,9

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Conforme apontado, o Estado do RS possui grande expressão na produção para autoconsumo na agricultura familiar, tanto no Grupo B, mas predominantemente no Variável. Tal fato coaduna com estudos já desenvolvidos sobre o tema, como o de Ploeg (2008), que assinala que o autoconsumo é uma das principais estratégias para construção de autonomia camponesa e, também, para manutenção social dos AFs. A investigação de Grisa, Gazolla e Schneider (2010) também apontam o autoconsumo como uma dimensão importante dos processos de reprodução social das famílias, por ser um componente fundamental a geração de SAN ao grupo doméstico, assim como propiciar processos de diversificação produtiva e econômica nas famílias. Para os autores, o autoconsumo é a principal base dos processos de reprodução social das formas familiares nos espaços rurais, sejam elas mais ou menos integradas aos mercados.

#### 4.2 Tipos de instalações de beneficiamento, área de terras e assistência técnica

Nesta segunda subseção de resultados, apresentam-se os indicadores dos estabelecimentos agropecuários que possuem AGRs como os tipos de instalações usadas, as áreas de terra das unidades produtivas, condição dos agricultores em relação as terras e a ATER recebida e de que ator e/ou organização social.

Outro aspecto pertinente às agroindústrias rurais da Região Sul do Brasil diz respeito a tipologia das instalações nas quais são beneficiados os produtos oriundos dessas agroindústrias, conforme exposto na tabela 7. Os dados demonstram o predomínio de instalações do próprio estabelecimento agropecuário na Região Sul, representando aproximadamente 23,66% das unidades brasileiras. Tal fato demonstra que a Região Sul segue a mesma tendência brasileira, onde 80,0% das AGRs estão dentro dos próprios estabelecimentos agropecuários. Novamente, o

Estado que se destaca em expressão no indicador analisado, é o RS, no qual 16,39% das agroindústrias rurais brasileiras beneficiam seus produtos em instalações do próprio estabelecimento agropecuário. SC aparece com 4,41% e o PR com apenas 2,86% das instalações dentro das unidades produtivas. Os outros tipos de instalações possuem percentuais baixos e não são representativos na Região Sul (comunitária pública, comunitária privada e de terceiros), embora, no nível nacional as instalações de terceiros sejam importantes (14,64%) e a comunitária pública (4,32%).

Tabela 7 – Brasil e Região Sul - Tipos de instalações de beneficiamento das agroindústrias rurais.

BR, Sul e UFs	Tipos de instalações de beneficiamento									
			Do próprio est. agropecuário		Comunitária pública		Comunitária privada		De terceiros	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
BR	852.639	100,0	682.075	80,0	36.821	4,3	8.902	1,0	124.841	14,6
Sul	203.560	23,9	201.694	23,7	171	0,0	210	0,0	1.485	0,2
PR	24.812	2,9	24.356	2,9	105	0,0	137	0,0	214	0,0
SC	38.286	4,5	37.565	4,4	6	-	16	-	699	0,1
RS	140.462	16,5	139.773	16,4	60	0,0	57	0,0	572	0,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

A posse de instalações pelos próprios agricultores e por estas estarem localizadas dentro das suas unidades pode ser explicada pela tese de Ploeg (2008) de que estes dois aspectos geram maior autonomia aos agricultores, especialmente nos processos de elaboração dos alimentos, e também, na administração do empreendimento, aspecto sempre buscado pelos agricultores. Isso pode ter sido atingido de duas formas, com recursos próprios investidos pelas famílias, no caso dos agricultores mais estruturados e com maiores níveis de renda. Em outros casos, o acesso as políticas públicas podem ter sido fundamentais para construção das estruturas agroindustriais (PRONAF, recursos a fundo perdido, emendas parlamentares, PRONAT, dentre outras) que têm destinado apoio a constituição de infraestrutura. Além disso, para Mior (2005), a agroindústria rural deve produzir as próprias matérias primas, processá-las na unidade de produção com vistas a gerar valor agregado nas trocas, quando os alimentos acessam os mercados.

A tabela 8, em complementariedade com a 7, traz informações sobre a condição dos agricultores em relação as suas terras. Os dados elucidam que na Região Sul predomina a condição de proprietários das terras nas quais se alocam as agroindústrias rurais 21,42% das agroindústrias rurais brasileira. Em nível nacional isso se repete, já que 78,58% das AGRs estão em terras dos próprios agricultores. Regionalmente, cabe o destaque ao Estado do RS por possuir 14,89% das agroindústrias brasileiras em terras próprias, enquanto SC tem 4,13% e o Paraná

apenas 2,40%. As demais situações dos agricultores em relação as terras, apresentam percentuais menores de 1,0% na Região Sul e nos três estados.

Tabela 8 – Brasil e Região Sul - Condição dos produtores em relação as terras dos estabelecimentos agropecuários com agroindústrias rurais.

Condição do produtor em relação as terras										
Condição do produtor em relação as terras	Brasil		Sul		PR		SC		RS	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Total</b>	<b>852.639</b>	<b>100,00</b>	<b>203.560</b>	<b>23,87</b>	<b>24.812</b>	<b>2,91</b>	<b>38.286</b>	<b>4,49</b>	<b>140.462</b>	<b>16,47</b>
Proprietário	670.046	78,6	182.616	21,4	20.482	2,4	35.207	4,1	126.927	14,9
Concess. ou assentado	59.545	7,0	5.399	0,6	1.473	0,2	1.226	0,1	2.700	0,3
Arrendatário	19.426	2,3	4.920	0,6	896	0,1	443	0,1	3.581	0,4
Parceiro	16.912	2,0	2.842	0,3	379	0,0	425	0,1	2.038	0,2
Comodatário	40.105	4,7	6.024	0,7	1.139	0,1	856	0,1	4.029	0,5
Ocupante	9.944	3,5	1.615	0,2	416	0,1	100	0,0	1.099	0,1
Produtor sem área	16.661	2,0	144	0,0	27	-	29	-	88	0,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Ainda sobre as terras dos estabelecimentos que possuem AGRS, a tabela 9 apresenta os grupos estratificados de áreas. Em termos de estrutura fundiária, os dados demonstram que tanto em nível de Brasil (83,82%) como em nível de Região Sul, a predominância de unidades com áreas de até 50 hectares é uma tendência, sendo que 21,39% das unidades brasileiras nessa faixa de área se encontram na Região Sul. O Estado do RS o possui maior unidades produtivas até esta faixa de área (50ha) (14,65%) e o PR o que menos AGRs possui até este estrato (2,62%).

Tabela 9 – Brasil e Região Sul - Grupos de área dos estabelecimentos com agroindústrias rurais.

Área dos estabelecimentos com agroindústrias rurais										
Grupos de área total (ha)	Brasil		Sul		PR		SC		RS	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
<b>Total</b>	<b>852.639</b>	<b>100,00</b>	<b>203.560</b>	<b>23,87</b>	<b>24.812</b>	<b>2,91</b>	<b>38.286</b>	<b>4,49</b>	<b>140.462</b>	<b>16,47</b>
0 a 10	427.551	50,1	77.623	9,1	12.166	1,4	12.527	1,5	52.930	6,2
10 a 20	133.200	15,6	57.260	6,7	5.713	0,7	12.474	1,5	39.073	4,6
20 a 50	153.967	18,1	47.529	5,6	4.413	0,5	10.222	1,2	32.894	3,9
50 a 100	65.086	7,6	12.387	1,5	1.384	0,2	2.076	0,2	8.927	1,1
100 a 500	47.594	5,6	7.060	0,8	955	0,1	861	0,1	5.244	0,6
500 a 1.000	4.957	0,6	927	0,1	97	0,0	64	0,0	766	0,1
> 1000	3.623	0,4	630	0,1	57	0,0	33	-	540	0,1
Sem área	16.661	2,0	144	0,0	27	-	29	-	88	0,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Estes apontamentos trazem à tona o fato de os agricultores familiares, donos de sua própria área, são os que possuem estrutura fundiária mais limitada, conformando o grupo social

que tem conduzido de forma mais saliente os processos de agregação de valor em suas estratégias de desenvolvimento rural e regional. Tais elementos corroboram com o que Pelegrini e Gazolla (2008) apresentam ao defenderem que estas unidades agroindustriais surgem em locais em que há uma agricultura familiar consolidada há algum tempo e que se utilizam de recursos locais, tecnologias apropriadas ao ecossistema local, atendendo a novas demandas alimentares da população em termos de hábitos culturais e saúde.

Para os autores, estas iniciativas são conduzidas por núcleos familiares em que os aspectos do grupo doméstico são centrais na sua viabilização, como a estrutura familiar, os conhecimentos tácitos e contextuais históricos dos membros (o saber fazer), o trabalho familiar, as estratégias da família, entre outros aspectos. Neste sentido, grandes áreas inviabilizariam esse processo familiar de agregação de valor e diferenciação qualitativo de alimentos e produtos. Ainda dentro desse aspecto, Mior (2005) afirma que mais de 80% do valor da produção da indústria rural é produzido por estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares, corroborando com os dados ora apresentados sobre as áreas.

A última Tabela (10) apresenta os dados sobre o recebimento ou não de ATER e sua origem para os estabelecimentos que possuem AGRs, no Brasil e Região Sul. De acordo com os dados, na Região Sul há um equilíbrio nos números de estabelecimentos que recebem ATER (8,17%) e os que não recebem (8,66%). Estes dados da Região Sul, destoam grandemente da realidade nacional, já que em nível de país quase 80% dos estabelecimentos não recebem ATER (79,79%), evidenciando que no Sul os serviços de ATER tendem a atender um número maior de agricultores que possuem AGRs. Comparando esta realidade, entre os três estados sulinos, o RS se destaca tanto por receber (3,59%) como por não receber ATER (3,60%), seguido pelo PR (recebem: 2,71%; não recebem: 3,30%) e por fim SC (recebem: 1,97%; não recebem: 1,74%). Em suma, o que os dados demonstram é que é levemente maior na Região Sul e em dois estados (RS e PR), os estabelecimentos que não recebem serviços de ATER.

Dentre as unidades que recebem algum tipo de orientação técnica, fica saliente o protagonismo dos serviços ofertados pelo governo, cooperativas e empresas integradoras. Os números demonstram que a Região Sul concentra 2,4% da ATER governamental em relação ao total nacional. Quase 0,6% dos estabelecimentos brasileiros que recebem orientação técnica por parte do governo estão no PR; 0,7% em SC e 1,1% no RS. As cooperativas, por sua vez, ultrapassam a orientação técnica governamental, concentrando na Região Sul 3,0% dessa modalidade em relação ao total nacional. No comparativo entre os Estados, PR e RS detém, cada um, aproximadamente, 1,2% da orientação técnica oriunda das cooperativas em relação ao

Brasil, enquanto SC apresenta aproximadamente 0,6%. Com relação às empresas integradoras, a Região Sul depende da orientação técnica oriunda destas em torno de 2,0% dos estabelecimentos em relação ao total brasileiro. O Estado do RS possui aproximadamente 1,0% desse total, enquanto SC e PR, em torno de 0,6% e 0,5%, respectivamente.

Tabela 10 – Brasil e Região Sul – Origem da orientação técnica dos estabelecimentos agropecuários que possuem agroindústrias rurais.

Origem da orientação técnica nas agroindústrias rurais										
Origem da orientação técnica	Brasil, Sul e Unidades da Federação									
	Brasil		Sul		PR		SC		RS	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Total</b>	<b>5.073.324</b>	<b>100</b>	<b>853.314</b>	<b>16,8</b>	<b>305.154</b>	<b>6,0</b>	<b>183.066</b>	<b>3,6</b>	<b>365.094</b>	<b>7,2</b>
<b>Recebe</b>	<b>1.025.443</b>	<b>20,2</b>	<b>414.645</b>	<b>8,2</b>	<b>137.499</b>	<b>2,7</b>	<b>94.863</b>	<b>1,9</b>	<b>182.283</b>	<b>3,6</b>
Governo	388.077	7,7	124.015	2,4	30.044	0,6	35.420	0,7	58.551	1,2
Própria	316.394	6,2	98.051	1,9	35.223	0,7	18.026	0,4	4.802	0,9
Cooperativas	251.520	5,0	155.171	3,1	63.410	1,3	31.617	0,6	60.144	1,2
Empresas integradoras	134.950	2,7	110.162	2,2	26.217	0,5	31.411	0,6	52.534	1,0
Emp. privadas	28.302	0,6	17.735	0,4	6.099	0,1	2.668	0,1	8.968	0,2
ONGs	8.662	0,2	850	0,0	250	-	89	-	411	0,0
Sistema S	7.680	0,2	1.694	0,0	244	-	570	0,0	880	0,0
Outra	52.117	1,0	15.085	0,3	4.684	0,1	3.351	0,1	7.050	0,1
<b>Não recebe</b>	<b>4.047.881</b>	<b>79,8</b>	<b>438.669</b>	<b>8,7</b>	<b>167.655</b>	<b>3,3</b>	<b>88.203</b>	<b>1,7</b>	<b>182.811</b>	<b>3,6</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Os dados evidenciam que na Região Sul os estabelecimentos com AGRs que não recebem ATER são levemente maiores dos que recebem. Segundo Deponti, Scarton e Schneider (2014), que investigaram os resultados da ATER nos dados do Censo Agropecuário de 2006, o baixo nível de escolaridade pode ser um dos fatores que leva os agricultores a não buscarem orientação técnica. Aliado a isto, está o fato de os estabelecimentos com menor área e com agricultores mais pobres, terem menos acesso a ATER. Ainda, de acordo com os autores, no que se refere à ampliação de recursos de ATER e, principalmente, à Lei de Ater, ainda não apresentavam impactos significativos na orientação técnica prestada pelo governo nos três níveis (federal, estadual e municipal), embora este tipo de orientação tenha se colocado como significativo na análise dos resultados.

Esse cenário pode ter se mantido e até aprofundando-se, dadas as desarticulações das políticas de ATER ocorridas nos governos nacionais mais recentes (MATTEI, 2008). No caso das AGRs, os serviços de ATER são fundamentais para a estruturação dos conhecimentos e técnicas que serão desenvolvidas nos empreendimentos, em suas diferentes etapas de produção, já que os agricultores têm que gerir desde a produção das matérias primas, passando pela elaboração

dos alimentos nas agroindústrias, colocando os alimentos e produtos nos mercados e, por fim, a administração do empreendimento, que envolve todas estas três etapas complexas antes descritas. Em função disso, a ATER é importante para viabilizar socioeconomicamente e institucionalmente (entender as legislações alimentares e acessar políticas públicas) as AGRS.

## **5 Considerações finais**

O trabalho analisou as características e o perfil das agroindústrias rurais na Região Sul do Brasil, procedendo-se comparações com os dados brasileiros e, ainda, entre os três Estados sulinos. Adicionalmente, procedeu-se comparações de indicadores específicos entre os dois tipos de agriculturas, usando para tal a separação entre agricultura não familiar (ANF) e agricultura familiar (AF) com seus respectivos grupos (V, B e não Pronafianos).

Os dados demonstram que as agroindústrias rurais da Região Sul do Brasil têm um perfil semelhante entre os três Estados, podendo, em alguns indicadores, ter-se diferenças mais significativas. Resumidamente, se pode afirmar que as agroindústrias rurais Sul-brasileiras são alicerçadas na agricultura familiar, especialmente de maior faixa de renda para fins de enquadramento no PRONAF (Grupo V). A agroindustrialização da Região Sul não segue a tendência brasileira (predomina AFs do Grupo B) e apresenta maior quantidade de AFs que se enquadram na maior faixa de renda, tendo o RS como estado que possui maior participação neste tipo de agricultura (Grupo V). As AGRs beneficiam predominantemente produtos típicos da gastronomia e culinária regionais do Sul (carnes, panificados, massas, queijos, geleias, embutidos e suco de frutas), possuem expressividade na geração de VBP em nível nacional e as matérias primas são provenientes de lavouras temporárias e criações animais. As agroindústrias usam, em sua maioria, instalações próprias para o beneficiamento dos alimentos e possuem áreas de terras próprias também, predominado unidades produtivas com até 50 hectares.

Também de acordo com os dados apresentados, pode ser verificada a expressiva produção para uso de autoconsumo, tanto em unidades de produção familiares de mais baixa renda (grupo B), quanto nas mais estruturadas (Grupo V), em que esta estratégia de auto provisionamento é fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional do grupo doméstico. As AGRs obtêm orientação técnica prevaiente de origem governamental, de cooperativas e de empresas integradoras. Porém, uma fragilidade que chama a atenção é o relevante número de estabelecimentos que não contam com nenhuma ATER, sendo um elemento de preocupação, frente ao contexto que se vive no país, em que há um franco processo

de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura e agroindústrias familiares por um lado e, de outro, as políticas que ainda existem, como os serviços de ATER, não conseguem alcançar parcela significativa de agricultores e AGRs.

Tal achados científicos evidenciam as potencialidades socioeconômicas das agroindústrias rurais no sentido de geração de valor e renda para os agricultores, bem como manutenção de aspectos culturais ligados a manutenção do consumo de alimentos e produtos a população, que encontra na culinária e gastronomia destes empreendimentos, os alimentos que estão habituados a consumir frequentemente. Além disso, para os consumidores, estes alimentos e produtos das AGRs, acessados por cadeias curtas, são uma oportunidade interessante para consumir alimentos que estão de acordo com a ideia das dietas saudáveis. E por estes e outros fatores que se arrolou ao longo do texto, que as AGRs são uma atividade importante de fomento aos processos de desenvolvimento rural e regional de territórios em que elas estão situadas e imersas.

A partir das reflexões desenvolvidas com os dados analisados, outras investigações podem avançar futuramente em lacunas e hipótese lançadas com o trabalho. Para fins de agenda de pesquisa se pode detalhar as estratégias das AGRs em análises em nível dos Estados que conformam a Região ou expandir para outras Regiões ou Estados, bem como explorar pesquisas sobre autoconsumo e segurança alimentar. Além disso, se poderia averiguar porque ainda há falta de orientação técnica em expressivos números de unidades de produção com agroindústrias rurais ou mesmo analisar outras políticas públicas que incidem sobre este tipo de experiências.

## Referências

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Um retrato do lado pobre da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Redes**. v. 21, no 3, p. 66 - 92, set./dez. 2016.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 56, Nº 01, p. 123-142, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm) Acessado em: 13 de março de 2021.

BASTIAN, Lillian, et. al. Agroindústrias rurais familiares e não-familiares: uma análise comparativa. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 51 - 73, set./dez. 2014.

CABEDO, Carmen L.; CRIADO, Encarnación A. El fomento de la calidad agroalimentaria en los espacios rurales de Andalucía – España. In: FROEHLICH, José M. **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Unijuí. Ijuí – RS, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4ªed. Makron books. São Paulo – SP, 1996.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Agroindústria. In: CALDART, Roseli. S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. 3ª ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão popular. Rio de Janeiro, São Paulo: 2013.

DEPONTI, Cidonea M.; SCARTON, Luciana M.; SCHNEIDER, Sergio. O retrato da extensão rural a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. IPEA. Brasília, 2014.

DORIGON, Clovis. Os mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. In: FROEHLICH, José M. **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Unijuí. Ijuí – RS, 2011.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLE, Paulo A.; WAQUIL, Paulo D. Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do censo agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.241-262, jan./jun. 2012.

GAZOLLA, Marcio. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. **Revista IDEAS**, v. 7, n. 2, p. 62-95, 2013.

GAZOLLA, Marcio. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Ed. UFRGS. Porto Alegre – RS, 2017.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R.; SIMONETTI, A. Análise das Condições Socioeconômicas e Vulnerabilidades Produtivas dos Agricultores Familiares Pobres do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.38, n.133, p.177-196, jul./dez. 2017.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. 2010, vol.16, n.31, p. 65-79.

GRISA, Catia; CONTERATO, Marcelo A. A produção para o autoconsumo no Brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social. In: **Anais... 49º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 10 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema da Recuperação Automática de Dados (SIDRA). **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> . Acesso em: 13 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2017 – resultados definitivos**. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019b.

- \_\_\_\_\_. **Censo Agro 2017** – retratando a realidade do Brasil agrário. Apresentação resumo. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf) Acesso em 11 de março de 2021.
- LANG, Tim; HEASMAN, Michael. **Food wars: the global battle for mouths, minds and markets**. London: Earthscan. 2009.
- MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** 5ªed. Atlas. São Paulo – SP, 2003.
- MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 293-307. João Pessoa – PB, 2018.
- MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Argos. Chapecó, 2005.
- PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen – RS: Editora da URI, 2008.
- PLOEG, Jan Dowe V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Ed. UFRGS. Porto Alegre - RS, 2008.
- POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. 2001.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica – a construção do conhecimento**. 7ªed. Lamparina. Rio de Janeiro – RJ, 2007.
- SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA. 2014.
- SILVA, Carlos A. da.; MHLANGA, Nomathemba. Introduction: Innovative policies and institutions to support agro-industries development. In: FAO – Food and Agriculture Organization. **Innovative policies and institutions to support agro-industries development**. Roma, 2011.
- WAQUIL, Paulo D. et. al. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. IPEA. Brasília, 2014.
- WESZ JUNIOR, Valdemar J. Políticas públicas de agregação de valor e as cadeias curtas: um olhar sobre o PRONAF-Agroindústria. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Ed. UFRGS. Porto Alegre – RS, 2017.
- WILKINSON, John; MIOR, Luiz Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. UFRRJ. Rio de Janeiro. n.13, p. 29 – 45, 1999.
- WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Ed. UFRGS/PGDR. Porto Alegre, 2008.